

Revista **Toque** **Solidário**

Brasília - DF · Ano VI · Edição nº14 · Abril à Julho de 2019

FOTO DIVULGAÇÃO

« Negligenciar o cinema nacional coloca o Brasil numa condição de mero consumidor da cultura estrangeira, ignorando a diversidade, a beleza e o inestimável valor de nossa produção cultural. »

Entrevista com Iberê Carvalho, produtor e diretor de cinema.

Oportunidades

O artista plástico André Cerino será homenageado em junho na 35ª edição da Feira do Livro. Ele assina o projeto visual e ilustrações.

Gestão

A política de economia solidária do DF é articulada entre entidades da sociedade civil e a Secretaria de Trabalho do GDF.

PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA SÓ A COOPERATIVA TEM

Quem aplica na COOSERVCREC colhe maior rentabilidade, autonomia, segurança e prosperidade.

Torna-se dono do negócio, participa dos resultados e é beneficiado pelo crescimento da cooperativa.



COOSERVCREC

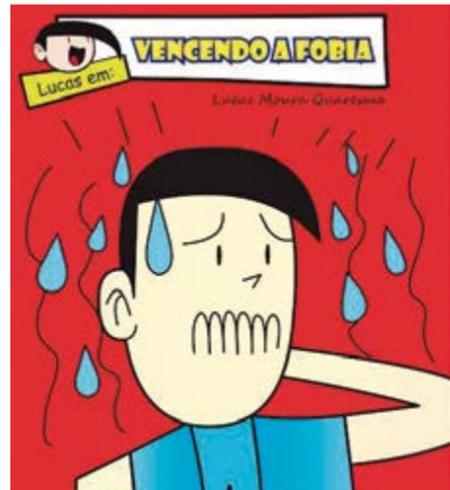
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO
DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL LTDA.

**Instituição Financeira para os
servidores do GDF a serviço
dos seus cooperados.**

SHS Q. 1 Bloco A Loja 36/7
Galeria do Hotel Nacional-Brasília/DF
Telefone: 61 - 3226 3321

EVENTOS

6 Catálogo do Salão de Humor da Cidadania 'Preconceito não tem Graça', disponível em www.humordebrasil.com.br.



07 Cartunista Lucas Moura Quaresma faz quadrinhos para superar autismo (www.hqsdolucas.com).

OPINIÃO

08 Haroldo Mendonça
A política de Economia Solidária: a transição do governo Temer para o governo Bolsonaro e as primeiras consequências.

OPORTUNIDADES



11 Banda Paraibola traz para Brasília o forró candango.

12 Mamulengo Presepada todo domingo às 17h, em Taguatinga.



14 OPORTUNIDADES - O cerrado inspira a arte de André Cerino, artista plástico, gráfico, escultor, chargista, caracterista e web designer.

PANORAMA COOPERATIVO

16 Cooperativismo: De onde veio essa ideia?



18 Cooperativa de trabalho na área de tecnologia da informação e automação.

MEIO AMBIENTE



20 Campanha da COOSERVCREC com motivo socioambiental.

CAMINHO DAS PEDRAS

22 Exigências para comercialização de obras de arte.

PONTO DE VISTA

23 Eustáquio Santos: Cooperativas e princípios.

ENTREVISTA



24 Iberê Carvalho: fala do cinema nacional e seu próximo filme "Homem Cordial".

PRÁTICAS

26 Centro de Estudos e Acessoria - CEA - Ações de sustentabilidade.

GESTÃO



28 Articulação da economia solidária para ocupação do Centro Público.

30 GDF explica ações de economia solidária e empreendedorismo.

Associação ou Cooperativa?

Quando se juntam, no mínimo, duas pessoas para buscarem solução de um desafio, ali poderá nascer uma associação. Uma associação se dispõe a promover atividades de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe ou filantropia e tem amparo legal na Constituição – art. 5º, de XVII a XXI, e art. 174, §2º e Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

Quando se juntam, no mínimo, 20 pessoas, o ato poderá resultar na formação de uma cooperativa. Contudo os associados (cooperados) objetivam viabilizar um negócio produtivo no mercado, de forma coletiva. A Cooperativa é regida pela Lei nº 5.764/1971; Consti-

tução – art.5º, de XVII a XXI, e art. 174, §2º e Código civil (Lei nº 10.406/2002).

Enquanto a associação tem patrimônio advindo de taxas dos associados, doações, fundos e reservas, a cooperativa tem capital social formado por quotas dos associados, podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização.

Tanto a associação quanto a cooperativa podem representar os associados em ações coletivas de seu interesse. Já a associação é representada por federações e confederações e a cooperativa

pode constituir federações e confederações para a sua representação.

É importante compreender a diferença entre cooperativa e associação para definir a estratégia, o tipo de vínculo e o resultado que os participantes esperam receber. O elemento comum é o associativismo. A diferença é o objeto da ação.



Expediente

Revista Toque Solidário é uma publicação da Cooperativa Central de Apoio ao Sistema ECOSOL no Distrito Federal Base Brasília – Ltda. Faz parte do programa de promoção do intercâmbio de experiências, objetivando promover o fortalecimento do cooperativismo e sua integração com os movimentos e as instituições que defendem a Economia Solidária.

Diagramação e arte final:

Carcará Editora Produções
Saber Ltda - ME
Allan Teles

Edição:

Teresinha Pantoja (Jornalista RP 4104 DRT/DF)

Jornalista:

Lúisa Dantas (MTB 10805/DF);

Colaboradores nesta edição:

Eustáquio Santos (Presidente ECOSOL),
Haroldo Mendonça (Diretor-Presidente CEA),
Marcelo Inácio de Sousa (Comunicador Social)

Revisão:

Lanier Rosa - (MTB 10745/DF)

Fotografia:

Divulgação/Web

Editora:

Carcará Editora Produções
Saber Ltda - ME

Periodicidade:

Quadrimestral (abril, agosto e dezembro)

Circulação:

Distrito Federal e Entorno

Tiragem:

10 mil exemplares

Impressão:

H.E Soluções Gráficas Ltda – ME

Endereço:

SHS - Q. 01 - Conjunto A - Lojas 36/37
Galeria do Hotel Nacional - Brasília/DF
CEP: 70.322-900

Informações:

E-mail: revistatoquesolidario@gmail.com
Site: www.ecosolbasebrasil.com.br
Telefax: (61) 3202.7550
Celular: (61) 99618.7639

Redação / Comercial:

revistatoquesolidario@gmail.com

Preconceito não tem graça:

Catálogo de obras selecionadas expõe a diversidade de maneira divertida



Já imaginou discutir o impacto do preconceito de maneira leve e descontraída? Foi buscando trazer a discussão desse tema para Brasília que nasceu o projeto Salão de Humor da Cidadania, com a temática “Preconceito não tem graça”.

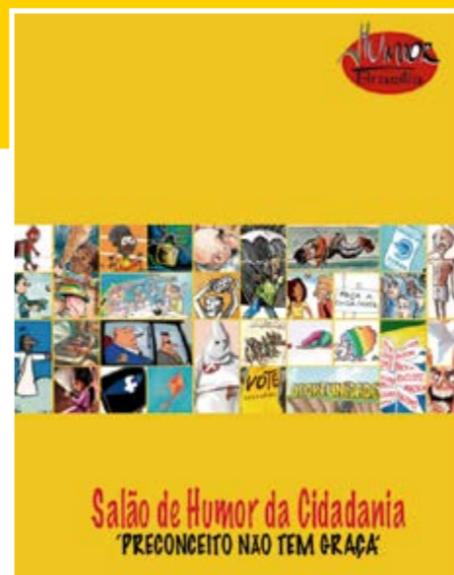
O projeto foi realizado pela cooperativa ECOSOL com o fomento do Fundo de Apoio à Cultura do DF - FAC e produção da Carcará Editora Produções e Saber.

Buscando discutir o preconceito contra raça, crença e orientação sexual, além do bullying e a importância dos direitos humanos, o projeto reuniu artistas do cenário cultural não só no Distrito Federal, mas no Brasil como um todo e até internacionalmente, por meio de uma exposição de obras inéditas de humor gráfico, como charges, cartum, caricaturas e tiras de humor.

Desse trabalho, resultou o catálogo – com o mesmo nome do projeto, sob a marca “Humor de Brasília”. Nele, estão expostos ilustrações vencedoras de prêmios nacionais e internacionais que buscam traduzir, de forma impactante, divertida e gráfica, os impactos do preconceito e do bullying para o ser humano.

Entre os premiados no Distrito Federal, podemos encontrar cartuns sobre a política atual do Governo para os segmentos LGBTI; a discussão do porte de armas; e a recorrente prática de assédio contra as mulheres. Em âmbito internacional, as ilustrações também discutem direitos humanos, atitudes preconceituosas e convivência e respeito às diferenças.

O “Salão de Humor da Cidadania” mobilizou mais de 100 cartunistas profissionais e amadores do Brasil e do mundo, que inscreveram cerca de 500 trabalhos. Ao todo, foram 504 desenhos de hu-



mor, sendo 338 internacionais, 106 do Brasil e 59 trabalhos de Brasília. Foram 155 cartunistas participantes, sendo 105 do exterior, 29 cartunistas do Brasil e 22 de Brasília.

O primeiro lugar na categoria Distrito Federal ficou com Juarez Leite, do Gama. Já na Nacional, a obra selecionada é do artista Elcio Danilo Russo Amorim, de Caratinga (MG). O artista Kazanevsky Vladimir, da Ucrânia, foi quem levou o primeiro lugar na categoria internacional.

www.humordebrasil.com.br

Obras Premiadas



FOTO DIVULGAÇÃO



Lucas Moura Quaresma – Ilustrador, o jovem autista, por meio das suas histórias em quadrinhos, transmite alegria, reflexão, incentivo à leitura para muitas crianças e mostra sua visão de mundo. Paraense, sua arte é um traço da família.

UM JEITO DIFERENTE DE FALAR DE AUTISMO

Quadrinhos recheados de ilustrações, histórias e sentimentos. Qual criança nunca se perdeu em sonhos lendo alguma revista em quadrinhos? E foi por meio delas – as famosas HQ’s – que Lucas Moura Quaresma conseguiu contar sua história e transmitir seus pensamentos para o resto do mundo.

Lucas foi diagnosticado com autismo grave aos 3 anos de idade. Porém, desde pequeno, era apaixonado por desenhos animados – e talvez tenha sido isso que o motivou a começar a desenhar com apenas 4 anos.

O desenho se tornaria a fonte de criatividade de Lucas: em 2016, formou-se em design de produtos, mesmo ano em que publicou sua primeira história em quadrinhos, feita com a ajuda e incentivo da mãe, Eliane Helena Moura Quaresma. A primeira HQ focava no medo

do garoto por cachorros; logo, várias outras ideias começaram a surgir.

Percebendo o potencial de Lucas, Eliane e a designer Thayz Magnago se mobilizaram para levar ao mundo as histórias do jovem Lucas. “Desde os 4 ou 5 anos a gente percebeu que ele gostava muito de desenhar. Primeiro ele começou a desenhar os anti-heróis dos desenhos, depois desenhou a gente (familiares) como personagens da vida dele”, explica Eliane.



Foi aí que surgiu a primeira história impressa da coleção “Medo De Que?”, uma série de HQs voltadas para o público infantil que aborda os mais diversos medos das crianças, sempre com humor, emoção e uma dose de aventura.

Ao falar sobre seus próprios medos, e dos medos que crianças compartilham com ele para serem transformados em histórias, Lucas consegue ajudar crianças e a si mesmo, além de ter espaço garantido para mostrar sua visão de mundo.

Desde 2016, as histórias criadas por Lucas podem ser acompanhadas no blog que ele e o time do ‘HQ’s do Lucas’ mantêm (<https://www.hqsdo Lucas.com>).

A política de economia solidária:

A TRANSIÇÃO DO GOVERNO TEMER PARA O GOVERNO BOLSONARO E AS PRIMEIRAS CONSEQUÊNCIAS.

Haroldo Mendonça

Diretor-Presidente do Centro de
Estudo e Assessoria - CEA

O referido documento pretende apresentar um quadro atual da transição da gestão da política de economia solidária do governo Temer para o governo Bolsonaro e avaliar as consequências das primeiras medidas tomadas pelo novo governo nessa área.

Importante lembrar que a política de economia solidária se iniciou no âmbito do Governo Federal em 2003 e fez parte do conjunto de políticas afirmativas e inclusivas que se consolidaram nos quatro governos—Lula 2003-2010 e Dilma 2011-2016 – e que muitos especialistas chamam de novíssimas políticas por se tratar de políticas de caráter afirmativo e que por meio delas busca resgatar uma dívida social e histórica a setores ou segmentos da sociedade, antes, excluídos dos seus direitos de acessarem políticas e serviços públicos.

A economia solidária se posiciona como um desses casos, por afirmar a luta pelo direito ao trabalho associado e o bem viver e, ao ser reconhecida pelo Estado como estratégia e política de promoção ao Desenvolvimento Sustentável. (ver anais das três conferências nacionais de ecosol- 2006-2010-2014).

Dito isso, é preciso considerar três normativos essenciais para avaliação do mérito e do sentido de continuidade

de da política de economia solidária no âmbito do Governo Federal. O primeiro desses normativos é a Medida Provisória 870, de 2019, que trata da organização geral dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios onde nela situa-se a política de economia solidária no Governo Bolsonaro. Essa primeira medida foi publicada em edição especial no Diário Oficial da União (DOU), datada do dia 01.01.19.

O segundo normativo trata-se do Decreto Ministerial nº 9.674 de 2 de janeiro, que regulariza as 19 secretarias ligadas ao Ministério da Cidadania e define os seus papéis e funções, entre essas, a secretaria que abarcou a política de economia solidária. Por fim, temos o terceiro normativo, que trata da questão orçamentária do Governo Federal para o ano de 2019. Este normativo contém os recursos para execução do fomento às ações de economia solidária, sem o abatimento dos “famosos” cortes orçamentários, quando tradicionalmente o Executivo lança os decretos de contingenciamentos. Assim segue ao lado o quadro geral do orçamento previsto para as incisivas de economia solidária:

Partindo das consequências que essas medidas trouxeram, para a política da economia solidária é importante lembrar que antes a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada em junho de 2003, teve à frente o mestre Paul Singer, no cargo de secretário nacional por mais de uma década, precisamente até maio de 2016, quando foi substituído por Natalino Oldakoski, escrivão aposentado da Polícia Civil, marcando desse modo o novo momento. Com essa substituição efetivamente começa uma nova etapa para a política de economia solidária com a gestão do Governo Temer – esse período pode ser também chamado de segunda transição de gestão política de Ecosol no âmbito nacional, perdurando em torno de dois anos e meio (maio/2016 – dezembro -2018), sendo substituída a partir da instalação do novo governo de Jair Bolsonaro. A

Ações Orçamentárias	Orçamento 2019
215F	R\$ 15.738.436,00
8274	R\$ 5.650.000,00
Emendas	R\$ 5.624.613,00
Total Anual	R\$ 27.013.049,00

Fonte: orçamento da União/2019
(*organização autor do texto)

esse momento pode-se chamar do terceiro período da gestão da política de economia solidária no âmbito Governo Federal, precisamente quando do lançamento da Medida Provisória 870, definindo a política de Ecosol.

É com essa nova organização da gestão que se pode perceber as diferenças entre o Governo Temer e o Governo Bolsonaro. Porém vale destacar um primeiro aspecto político em termos histórico - a política de Ecosol passou pelo seu primeiro teste de afirmação e sobrevivência – mesmo que para determinados setores importantes do campo da economia solidária fosse apenas um pretexto para o Governo Temer se apresentar como gestor de uma política social de inclusão, e no caso da economia solidária, de caráter emancipatório.

No entanto, mesmo com o ceticismo de parte importante do movimento social de economia solidária, o fato relevante é a manutenção da política desenvolvida na SENAES, embora com perdas e limitações, a exemplo de cortes orçamentários, fragilização dos mecanismos de controle social das políticas setoriais da Ecosol e a diminuição das metas estabelecidas no plano Plurianual (2015-2019) para a política de economia solidária.

Feitas as observações da linha histórica, precisamos agora considerar um segundo aspecto importante, antes de avaliar as consequências que a medida provisória trouxe à política da economia solidária. Assim, podemos observar um ponto comum e natural entre os governos: as revisões de seus organogramas

a fim de facilitar o plano de governo ou a coordenação de políticas que pretendem implantar. Sob esse aspecto é importante destacar que o Governo Temer fez o seu ajuste e entre o conjunto de perdas como os direitos trabalhistas, a fragilização das políticas para os segmentos vulneráveis teve nessa orientação o rebaixamento do status da SENAES, que deixa de ser uma Secretaria Nacional para um tipo de estrutura de gestão pouco convencional no âmbito da Esplanada dos Ministérios, denominada de Subsecretaria - estrutura semelhante a um Departamento (estrutura mais comum), contudo, com a garantia de manutenção de alguns “privilégios” de secretaria nacional, como por exemplo, o vínculo direto ao gabinete do Ministro de Estado (à época Ministério do Trabalho). Também foi mantida a independência relativa ao uso e aplicação do seu orçamento, tendo nesta nova estrutura a unidade gestora mesmo com status de Subsecretaria, ou seja, a mesma liberdade na execução do orçamento anual quando da Secretaria Nacional.

Ao se analisar a Medida Provisória, questões relevantes se apresentam para a construção do novo cenário político de Ecosol. O novo governo manteve a mesma estrutura de gestão criada por Michel Temer, antes de maio de 2016, ou seja, não houve o retorno do status de Secretaria Nacional, mas uma estrutura similar a um departamento nacional.

Porém, quando se analisa a norma em detalhes, se constata uma perda maior do status da política de economia solidária enquanto estrutu-

ra e ação programática. Isso pode ser comprovado por meio do artigo 24º, que trata da estrutura básica do Ministério da Cidadania, área que abrigou a política de Ecosol e trouxe para si a responsabilidade de dirigir o Conselho Nacional de Economia Solidária, conforme item XV desse mesmo artigo.

Portanto, a primeira questão a se observar do ponto de vista político, sem entrar no mérito da forma de como será gerida a própria política de Ecosol no atual governo, é que ela se manteve mesmo diante de uma série de outras equivalentes ou de maior destaque que tiveram o seu esgotamento.

Isso traz à tona uma constatação extremamente interessante para análise da política de Ecosol, a mesma vem transitando historicamente por todos os governos identificados de esquerdas e de direita, seguindo uma trajetória contínua de mais de duas décadas a contar com próximo ciclo Plurianual – 2020/2024 a ser aprovado em 2019 e incluída o seu programa.

Essa situação traz ao movimento de economia solidária uma reflexão que poderá ser útil ao debate sobre as causas ou motivações que levam governos de caráter conservador e de espectro ideológico situado no campo da direita e extrema-direita, a manter o tema, a política e as ferramentas de execução dos serviços de Ecosol (programas e projetos), mesmo que limitadas ou diferentes em relação a maio de 2016. A esse quadro, podem ser resumidos por exemplo, a tese sobre os “porquês” os governos de direita executam políticas de economia solidária.

Contudo, é importante salientar que isso que aparenta ser um ganho político real, quando se verifica, com mais cuidado observa-se, que ao contrário do Governo Temer, o rebaixamento de status da estrutura de coordenação da política prosseguiu no Governo Bolsonaro com a perda das duas condições mantidas anteriormente, ou seja, (i) o vínculo com o gabinete do Ministro, e (ii) a capacidade de gestão direta sob o orçamento da política de economia solidária. Isso porquê a Medida Provisória 870 extinguiu a Subsecretaria de Economia Solidária e, ao mesmo tempo, o Decreto Ministerial nº 9.674 de 2 de janeiro, segundo normativo apontado nesse artigo que consolidou-se – ao estabelecer a estrutura organizacional do Ministério da Cidadania e na sequência as secretarias, designando como responsável pela condução da política de Ecosol, expresso no artigo 20, item 5, ou seja, a criação da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana e nela, no subitem 5.1, o Departamento de Economia Solidária. Encerrando assim, um ciclo da política pública de economia solidária sob a coordenação direta de uma estrutura focada para a sua execução. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, mais conhecida como SENAES.

Portanto, o reflexo imediato do ponto de vista da política pública de economia solidária é no seu programa de ação. Em termos práticos ainda não se pode afirmar com segurança o que vai acontecer no próximo período

em termos programáticos da ação de Ecosol. Entretanto, é sem dúvida um novo olhar da atual gestão com relação à política de Ecosol que estava em andamento desde a era dos governos petistas até o governo Temer.

O fato preponderante é que quando se insere a política de Ecosol num estrutura voltada para a Inclusão Social e Produtiva Urbana, o foco necessariamente muda e, consequentemente, novos temas geradores se apresentam e os temas geradores anteriores podem ou não continuar, a exemplo da autogestão, do mundo do trabalho, mundo rural na economia solidária etc.

Por outro lado, a política de Ecosol ao estar em um outro ambiente da gestão pública pode significar (ou não) uma nova reflexão sob a forma de operar as ações de Ecosol e principalmente sob os signos de atuação – políticas emancipatórias ou assistencialistas, focalista ou universal. Não se pode negar que atualmente a política de Ecosol está situada numa das maiores estruturas do governo federal e um dos maiores orçamentos da Esplanada.

Assim, pode-se traduzir entre várias opções de análise disponível, uma que trate sobre uma nova prova de sentido a política de Ecosol e do dilema que isso provoca no movimento de economia solidária, quando o atual governo direta ou indiretamente, consciente ou não, apresenta uma “nova agenda” de política pública de economia solidária, aonde em algum

momento, o movimento terá que decidir se participará ou não.

Por fim, um destaque a se dar para um outro aspecto menos abordado diretamente nesse texto, mais de difícil aceitação para o movimento da economia solidária remete-se ao campo simbólico da política de Ecosol, entenda, a estrutura que coordenará a política é um Departamento, e sem os “privilégios” anteriores do Governo Temer, mantendo apenas a identidade gerencial da pasta, a qual se chamará Departamento de Economia Solidária.

À luz do Decreto Ministerial pode-se concluir de forma bastante limitada que a mudança traz uma constatação duríssima, com sentimento de derrota para todo o movimento social, ou seja, com a nova estrutura definida pelo governo atual, a marca Ecosol perderá a sua identidade de coordenação da política em âmbito nacional, pois a nova estrutura que identificará o lugar de políticas de Ecosol no organograma do Ministério da Cidadania se chamará Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, em vez de Secretaria Nacional de Economia Solidária, com isso, o termo “economia solidária” deixa de existir como referência para Governo Federal.

Portanto, fecha-se com o novo governo o ciclo de políticas pública de Ecosol como foi conhecida, seja na SENAES de maio/2016, seja na estrutura de Sub-secretaria estabelecida no Governo Temer. No novo governo a política pública estará sob signo da inclusão social urbana e produtiva e não mais da economia solidária.



Nordeste candango: Banda Paraibola prova que em Brasília existe forró, sim!

Com mais de 35 anos de história, grupo enaltece cultura nordestina com críticas sociais às realidades de várias décadas de quem vive na capital

“Quando você vier a Brasília, traga para mim um pedaço do mar”. Esse é apenas um versinho que embala os ouvintes da Banda Paraibola, que conseguiu trazer para a capital federal um pedaço do Nordeste. O grupo, criado no final dos anos 70, tem repertório próprio e faz parte do segmento “Forró Candango”. Isso significa muito xote, xerém e maxixe para embalar o público, mas com letras que remetem às particularidades de quem vive aqui.

Ícone do forró em Brasília, o Paraibola é dono de um estilo próprio, descontraído e animado: mistura-

se com o mamulengo e a cantoria, criando um ritmo nordestino com enfoque social, que fala da capital e da realidade vivida pelos candangos nos anos 70, 80, 90, 2000, 2015.

Um dos compositores e fundadores da banda, René Bonfim explica que o principal consumidor do Paraibola são as Regiões Administrativas de Brasília, como Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Guará, Sobradinho e Ceilândia. Segundo ele, a música é um grande instrumento porque todo mundo “já a tem dentro de si”. “Ela desperta o lado sentimental e o conteúdo possibilita a conscientização. Procuramos

colocar em nossos projetos músicas, que falem de poesia, de vida e de esperança”, conta.

Além de apresentar canções de sua própria autoria, a banda também interpreta clássicos de consagrados artistas brasileiros como: Luiz Gonzaga, Alceu Valença, Jackson do Pandeiro, Dominginhos e outros. Com mais de 30 anos de estrada e um CD gravado, o Paraibola já se apresentou em todo o Distrito Federal, cantando e tocando em praças, ruas, feiras, festivais, manifestações populares, clubes e bares. Também já abriu shows de grandes artistas nacionais, como Alceu Valença, Dominginhos e Elba Ramalho, apresentando uma influência preponderante da cultura nordestina.

Contato: www.facebook.com/paraibola



FOTO: FACEBOOK/PARAIBOLA

Mamulengo Presepada une Brasília e Nordeste e encanta público

Já são 34 anos de estrada e muita história que esses artistas têm para contar. Criado na década de 1980, pelo ator e bonequeiro Chico Simões e o amigo Carlinhos do Babau, do grupo Carroça de Mamulengos, nenhum dos integrantes da companhia Mamulengo Presepada imaginava que, afinal, era possível unir Nordeste e Brasília de uma forma tão enraizada em um só lugar. Porém, esse sonho logo se tornou realidade.

Hoje, após vários anos de adaptação e incorporação de caracte-

rísticas tanto nordestinas quanto brasilienses, Chico e seu grupo já percorreram mais de 20 países, além de terem passado por todos os estados do Brasil, e já têm na conta mais de 2.500 apresentações em praças, escolas, festivais e encontros.

O Presepada brinca com o mamulengo, palhaço, mágica, ventriloquia, bonecos gigantes e bumba-meu-boi. E vai muito além: Chico garante que o grupo é uma marca registrada de resistência

da cultura brasileira: “O mamulengo era meio tímido lá na década de 80, mas hoje já se consolidou. Tanto que virou patrimônio cultural. Hoje em dia, com a globalização, é difícil mantermos nossas raízes oriundas. Mas o Mamulengo Presepada conseguiu resgatar isso”.

Mas, afinal, o que é o “mamulengo”? É a forma popular e tradicional do teatro de bonecos no Brasil, oriunda do interior do Nordeste, tendo migrado de lá para grandes centros e outras regiões. O nome “mamulengo” é chamado assim predominantemente em Pernambuco e no Distrito Federal, mas recebe diversos nomes pelo Brasil: é Babau, na Paraíba; João Redondo ou Calunga, no Rio Grande do Norte; e Cassimiro Coco, no Ceará, Piauí e Maranhão.

Ao longo dos anos, em suas passagens pelos estados brasileiros, América Latina e Europa, o Presepada

Chico Simões lida com os bonecos e o Trio Forrolengo, formado por Andressa Ferreira, Joaley Almeida e Maísa Amorim. Outra marca do Presepada é o teatro de rua.

Contato: www.mamulengopresepada.com.br

já ganhou prêmios de festivais e do Ministério da Cultura e coordena o Ponto de Cultura Invenção Brasileira. Entre os países visitados pelo grupo estão Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Panamá, Nicarágua, México, Estados Unidos, Portugal, Espanha, França, Suíça, Itália e Alemanha.

Chico revela que a recepção sempre é espetacular e que o retorno sempre foi gratificante: “A maioria dos países que eu passei não falavam português, mas é surpreendente porque apesar de eles não entenderem o idioma, compreendem o espetáculo e interagem com a gente”.

O espetáculo Mamulengo Presepada é mutável; isso acontece porque a apresentação é adaptada a cada local pelo qual o grupo passa. São acrescentadas palavras do idioma local, peculiaridades e traços da cultura, buscando que o público possa entender e se identificar com a narrativa e as piadas. “Podemos dizer que nosso público é todo mundo. Se for para adultos, adaptamos as piadas e as brincadeiras. Se for para crianças, fazemos o mesmo”, conta.

Em outras palavras, o grupo coloca em prática a máxima que sempre carregaram consigo: fazer com que o teatro transpassasse qualquer barreira de comunicação. “Na Noruega, nós apresentamos para crianças muito pequenas. Então, além do idioma, tinha isso de adaptar as piadas. Mas foi muito legal porque tudo ficava mais engraçado”, conta Chico.



Um pedacinho do Nordeste em Brasília

O Presepada se apresenta todo domingo, a partir das 17h, na matinê Invenção Brasileira, em Taguatinga. Entre os espetáculos apresentados, estão o teatro de bonecos “O Romance do Vaqueiro Benedito...” que traz personagens clássicos da cultura popular e da mitologia como o João Redondo, Palhaço da Vitória, Jaraquá e Bumba-meu-boi Estrela.

Na brincadeira, Chico Simões lida com os bonecos e

o Trio Forrolengo, formado por Andressa Ferreira, Joaley Almeida e Maísa Amorim, toma conta da trilha e dos efeitos sonoros. Outra marca do Presepada é o teatro de rua, em Mateus - O Último Homem da Cobra, Chico Simões é o palhaço Mateus da Lelé Bicuda, um camelô, mágico, brincante e contador de histórias formadas nas feiras e festivais que passou pelo mundo.



Cerrado inspira
artista plástico a
retratar sonhos
e imaginação

Galhos secos, retorcidos e singulares. Essas são apenas algumas das características do cerrado, o segundo maior bioma da América do Sul. Nas mãos do artista plástico André Cerino, os traços da natureza viram obra de arte e se transformam em cultura.

A paixão pelo cerrado começou em 1983, quando Cerino abriu mão da terra natal, Pernambuco, e decidiu se aventurar pelo céu de brigadeiro de Brasília. Dono de uma série de talentos – Cerino é artista plástico, artista gráfico, escultor, chargista, caricaturista e web design –, ele conta que “guardou o cerrado dentro dele por 30 anos”.

“Eu não conhecia o cerrado. Por viver aqui em Brasília, comecei a viajar pelo cerrado, conhecer cachoeiras e acampar por aí, mas nunca cheguei a pintar. Meu trabalho era abstrato. Durante uma exposição que estava fazendo cha-

mada “Universo Imaginário – o olhar de dentro pra fora”, surgiu a oportunidade de por pra fora a visão que eu tinha do cerrado. Eu percebi que podia fazer, com a lâmina do estilete, o capim do cerrado”.

Dono de uma simplicidade e intuição autênticas, Cerino não usa pincéis: usa seus próprios dedos para dar vida às telas, que transportam um imaginário repleto de singularidades para o espectador. “Como se trata de pintar a natureza, acredito que as mãos sejam instrumentos mais legítimos, capazes da mesma espontaneidade presente no mundo vegetal”.

Brasília está presente em cada pincelada de Cerino. “Eu nunca pensei em sair de Recife. O que me atraiu foi a arquitetura e eu tinha curiosidade em conhecer coisas novas. Brasília não tem mar, mas a natureza me agrada, me inspira e me dá liberdade, coisa que não sinto em São Paulo, por exemplo”, completa.

A paixão pela natureza é um dos principais propulsores para o artista na busca pela excelência. “A natureza me formou, me dá esperança de coisas boas e me dá muita inspiração. Às vezes ficamos muito presos em ambientes urbanos, estressados e a natureza proporciona paz. Temos que conscientizar o homem para a preservação”, explica.

Cerino já coleciona vários prêmios como cartunista, advindos de salões de humor nacionais e internacionais. Inclusive, foi vencedor da categoria em defesa dos direitos humanos do “Salão do Humor: Preconceito não tem graça”, que reuniu mais de 100 artistas de todo o mundo. O artista considera inegável “a importância do desenho humorístico na imprensa, seja como documento histórico, fonte de informação social, comportamental, política e psicológica, ou até mesmo como termômetro de opinião, fenômeno estético, expressão artística e literária ou ainda como simples forma de diversão e passatempo”.

Exposição Universo Imaginário

A exposição “Universo Imaginário” – resultado da paixão de Cerino pelo cerrado –, exposta neste mês de abril na Universidade Católica de Brasília, em Taguatinga. Pintura em acrílico sobre tela, com fundos abstratos de cores vibrantes e desenhos lúdicos de traços finos geralmente pretos, com inspiração surrealista, tomaram os corredores da Universidade, onde dezenas de alunos e convidados puderam apreciar a singularidade e autenticidade de Cerino.

Usando mais uma vez o cenário de Brasília como palco, o artista, em sua mostra, fez uma viagem ao mundo interior, revelando imagens de um universo que

está muito além do olhar externo. Os trabalhos – alheios às exigências da lógica e da razão – expressam os sonhos, o inconsciente e a imaginação e se aproximam da esfera da surpresa, do encantamento e da espontaneidade criativa (presentes de forma mais expressiva na infância).

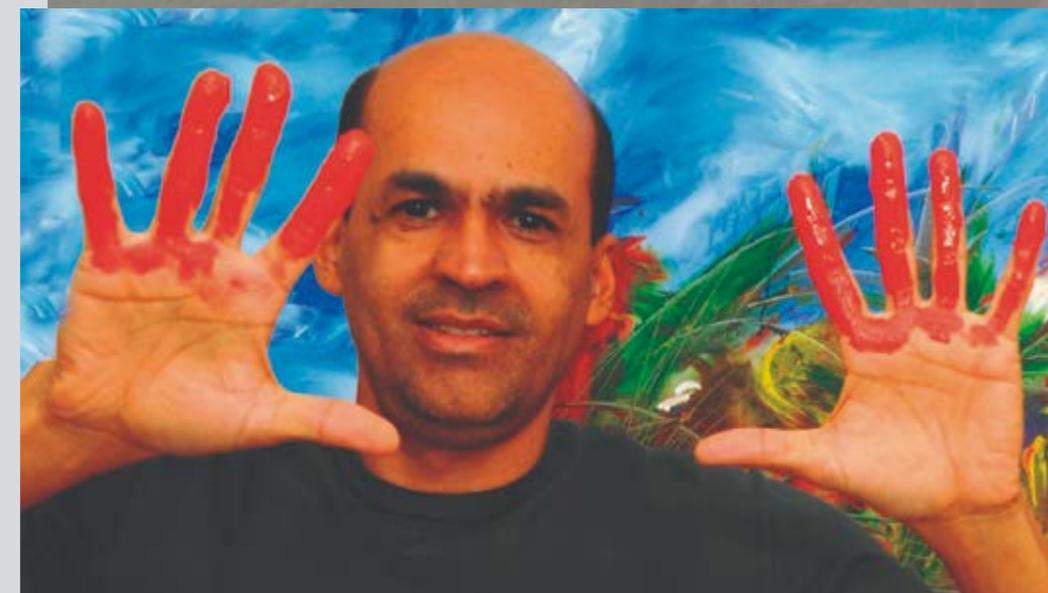
De acordo com Cerino, é preciso permitir que a arte conduza o espectador pelos caminhos das infinitas possibilidades da criação. Isso permite também que ele crie novas formas diante das telas e encontrar nelas referências de seu próprio imaginário. “Sou uma criança fazendo arte”, explica.



FOTOS DIVULGAÇÃO

Homenagem na Feira do Livro

André Cerino será um dos homenageados na 35ª edição da Feira do Livro de Brasília (Felib). O evento acontecerá entre os dias 6 a 16 de junho, nas áreas interna e externa da Biblioteca Nacional de Brasília, com o tema “Biblioteca – Espaço do Prazer e do Aprender”. O artista assina o projeto visual da Feira do Livro, tendo criado a logomarca, a arte e as ilustrações do cartaz e de todos os ambientes onde acontecerão as atividades culturais da Feira.



Pernambucano André Cerino dispensa pincéis e, com as próprias mãos, retrata peculiaridades de Brasília, cidade que o acolheu

Contato: www.andrecerino.com.br

COOPERATIVISMO: DE ONDE VEIO ESSA IDEIA?

Eliminar o patrão e o intermediário. Conceder ao trabalhador a propriedade, seus instrumentos de trabalho e participação nos resultados é bem o cerne do cooperativismo, desde a sua origem, nas manifestações de movimentos cooperativistas que culminaram com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale: “*Rochdale Society of Equitable Pioneers*” (1844) na Inglaterra. A partir de 28 tecelões da localidade formaram uma cooperativa de consumo. Estudiosos do cooperativismo à época, chegaram a propor a República Cooperativa que tinha como base as cooperativas de consumo.

Em Londres (1895) foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão máximo do cooperativismo mundial. Na perspectiva de ampliar as obras dos Pioneiros de Rochdale reuniam associações com ideais cooperativistas de vários países que buscavam a melhoria nas condições econômicas e sociais dos membros pelo auxílio mútuo.

Na Alemanha o movimento se expandiu para a criação de cooperativas de crédito e consumo. Herman Schulze fundou em 1859 a Associação das Cooperativas Alemãs. Na França, oficinas sociais propuseram agrupar artífices de ofícios comuns para produção de bens e serviços com repartição dos lucros, investimento em maquinários, previdência e assistencialismo.

No Brasil a primeira cooperativa (fundada em Ouro Preto em 1889) era voltada para a produção agrícola. Em 1969 a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) substituiu a Associação Brasileira de Cooperativas e a União Nacional de Cooperativas..

Levando em conta as diferentes áreas em que o segmento atua, a Organização das Cooperativas Brasileiras dividiu as cooperativas (1993) em 13 ramos da economia: Consumo, Sociais, Trabalho, Educacionais, Transporte, Agropecuária, Saúde, Crédito, Habitação, Produção, Infraestrutura, Mineral, Turismo e Lazer. Em 27 de março deste ano, em assembleia geral ordinária da OCB foi aprovada a redução para 7 ramos (Produção de Bens e Serviços, Consumo, Infraestrutura, Transporte, Saúde, Agropecuária e Crédito), alguns agrupados a outros, “sem que nada altere na rotina”, diz o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas.

Os ramos do cooperativismo que mais se destacam são as cooperativas agrícolas e crédito. Parte significativa da exportação de grãos no Brasil resulta de cooperativas agrícolas. Já o crédito tem uma representatividade no sistema financeiro do país. O cooperativismo brasileiro é regulado pela lei geral 5674/71.



SISTEMA SICOOB INVESTE EM CIDADANIA FINANCEIRA

Com base no sétimo princípio do cooperativismo – o interesse pela comunidade – o Sicoob Planalto Central aderiu no final de 2018 ao Instituto Sicoob, uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 2004, com o propósito de difundir a cultura cooperativista, promover a cidadania financeira e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Os três eixos de atuação do Instituto Sicoob: Cooperativismo e Empreendedorismo, Cidadania Financeira e Desenvolvimento Sustentável são direcionadores para que todos os projetos e programas estejam sinergicamente integrados com uma agenda social, por meio de ações conjuntas com as cooperativas.

Apesar do pouco tempo de atuação no Distrito Federal, os resultados de uma gestão consciente contabilizam impacto direto a 229 pessoas participantes de eventos gratuitos para a comunidade, que contaram com orientações financeiras individualizadas, 62 pessoas participantes de palestras sobre Educação Financeira e ainda o engajamento de 110 colaboradores voluntários.

Observando uma população que almeja a construção de uma sociedade mais democrática, igualitária e cooperativa, o Sicoob Planalto Central investe na promoção e no fortalecimento da cultura cooperativista no Distrito Federal, de modo a gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e as suas comunidades.





James Miranda - formado em Ciências da Computação e Aviação Civil, especialista em soluções de reconhecimento biométrico facial, RPA – Robotic Process Automation.

Contato: 61 99975-7509 / 98186-7509
james@cooperx.com.br



COOPERATIVA DE TRABALHO NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E AUTOMAÇÃO

“Acompanhando os desafios da gestão pública e privada no tocante às iniciativas de governança e gestão, nós da CooperX capacitamos nossos cooperados para as mais diversas missões, seja de colaboração, seja de produtos, seja de soluções, demandando habilidades multidisciplinares”, afirma o presidente da cooperativa CooperX, James Miranda.

Ele explica que “ainda que seja nossa prática a especialização no ferramental tecnológico e, das melhores práticas metodológicas comungadas pelo mercado de TI, a percepção da visão de toda cadeia de valor de nossos clientes nos faz diferenciados no resultado final”.

Com quatro anos no mercado, a CooperX é uma cooperativa de trabalho na área de Tecnologia da Informação e automação com larga experiência, que

atua com consultoria e soluções de TI, RPA e Reconhecimento Facial, bem como, desenvolvimento de aplicações, infraestrutura em Cloud Computing.

“Dentre os diversos segmentos em que a CooperX atua, o apoio ao desenvolvimento de soluções voltadas ao fomento do cooperativismo e da intercooperação no Brasil, fortemente baseadas em metodologias ágeis, compõe outro diferencial que é nosso tripé de serviços: Qualidade, Tempestividade e Economicidade”, ressalta James Miranda.

James Miranda alega que a CooperX Investe em um completo ecossistema de inovação, automatização, RPA, reconhecimento facial, tecnologia cognitiva e User Experience (UX). “Assim, oferecemos soluções que vão desde consultoria e marketing, mobilidade, campanhas personalizadas e inteligência artificial a soluções tradicionais como Fábrica de software e outsourcing (BPO)”, diz.

Outro setor importantíssimo da CooperX, completa James, é o setor de Reconhecimento Biométrico Facial. Ele conta que em 2018 foram investidos em desenvolvimento da tecnologia e produtos derivados mais de 1 milhão de reais, transformando a CooperX na maior cooperativa especializada em reconhecimento facial na América Latina. “Temos sistemas que trabalham tanto on-line como Offline, estações de reconhecimento facial móveis, além de aplicativos Mobile com essa tecnologia quem atendem a maioria das necessidades negociais; Criamos um blog altamente especializado neste assunto (www.reconhecimentofacial.com.br)”, reforça.

é prejudicado e impedindo o crescimento da cooperativa.

Atualmente duas cooperativas estão sendo beneficiadas por este projeto, onde os custos foram reduzidos em até 90% com relação aos valores normais praticados pela CooperX. Dentro do projeto de intercooperação, a CooperX realiza análise do negócio com visão de mercado, desenvolvendo soluções personalizadas que proporcionam transformações digitais perfeitas, garantindo resultados rápidos e gerando impacto duradouro em toda a cooperativa.

CooperX subsidia projeto de desenvolvimento tecnológico

No ano de 2018 foi criado um fundo de mais de R\$ 280.000,00 exclusivos para intercooperação, onde são utilizados para subsidiar projeto de desenvolvimento tecnológicos entre cooperativas que ainda não conseguem pagar por uma fábrica de software. Os objetivos desse projeto são: estreitar a relação da CooperX com outras cooperativas, escalar de forma exponencial a qualidade dos serviços prestados por essas cooperativas através de soluções tecnológicas aos seus clientes, pois muitas das vezes pela falta de sistemas especializados, o serviço



ECOSOL BASE BRASÍLIA

COOPERATIVA CENTRAL DE APOIO
AO SISTEMA ECOSOL NO DF

No Ideal da Inclusão

Projetos



A Cooperativa Central Base de Apoio ao Sistema ECOSOL no Distrito Federal Base Brasília LTDA, é uma entidade sem fins lucrativos, regida pela Lei 5.764 de 16/12/71 e caracterizada como cooperativa social nos termos da Lei nº 9.867/99. Fundada em 2009, promove atividades de geração de renda, promoção social, fortalecimento das práticas e dos princípios do associativismo, do cooperativismo e da economia solidária, bem como, fomenta cultura inclusiva buscando repercussão numa mudança da sociedade para a percepção, respeito e defesa as questões relativas aos direitos sociais.



SHIS QUADRA 01 BLOCO A - GALERIA DO HOTEL NACIONAL - LOJAS 36/37 - BRASÍLIA/DF - CEP:70.322-90
www.ecosolbasebrasil.com.br

E-mail:ecosolcontato@gmail.com.br

Insetos do cerrado

AJUDAM A PRESERVAR ECOSSISTEMA E NA PRODUÇÃO DE ANTÍDOTOS

São mais de 90 mil espécies que podem atuar de maneira distinta: de fertilizar o solo até a produzir curas para doenças

Existe um ditado popular que grilo prevê a chegada da chuva. Os moradores, inclusive, já se acostumaram (e às vezes podem até se

incomodar) com os sons produzidos por esses bichos. Mas você sabia que apenas os grilos machos produzem sons e que ele tem essa característica para atrair as fêmeas?

Os insetos do cerrado podem significar grandes mudanças para o clima e a saúde dos seres humanos. A diversidade de insetos do Cerrado é enorme. Estimativas sugerem uma riqueza em torno de 90 mil espécies; outras indicam a presença de 35% das abelhas, 23% dos cupins e 13% das borboletas.

Os pequenos bichinhos, de maneira geral, possuem um papel-chave nos ecossistemas terrestres por estarem envolvidos em vários processos e interações ecológicas, como a polinização, a dispersão e a danificação de sementes, a disponibilização de nutrientes, a regulação das populações de plantas e outros animais, que é o controle biológico de pragas propriamente dito.

Além disso, podem ser de extrema importância econômica, atuando, por exemplo, na produção de mel ou na forma de pragas agrícolas ou, de modo inverso em seu controle (como ocorre no controle biológico de pragas de lavouras onde insetos são utilizados como defensivos biológicos).

Saiba mais sobre os insetos do cerrado

As uruçú-amarelas, conhecida como abelha sem ferrão, são importantes na preservação da

biodiversidade, produzem mel com menor teor de açúcares e constituem farto material para estudos e ensino

da educação ambiental. Há mais de 25 mil espécies de abelhas conhecidas.

O famoso cupim, além de ser alimento para diversos tipos de animais, possui um papel fundamental nos ecossistemas naturais atuando na ciclagem de nutrientes e na formação dos solos, influenciando a distribuição das espécies de plan-

tas e animais. Nem todos os cupins atacam madeira, viu? Os de montículo, por exemplo, alimentam-se de raízes mortas de gramíneas.

Bichos-paus mimetizam pedaços de madeira ou graveto e são ótimos em se camuflarem para se esconder de seus inimigos. São mais de 2.800 espécies desse animal.

Até o escorpião amarelo, temido por muitos e encontrado facilmente em lares aqui no DF, pode salvar vidas. O veneno dos bichos pode ser aproveitado para desenvolver pesticidas, tratamentos de câncer, analgésicos e muito mais. Claro, é preciso ter cuidado extremo com o escorpião: sua picada pode ser fatal para crianças e idosos. O animal em si não é agressivo e só ataca quando ameaçado.

Já os gafanhotos têm uma tarefa muito importante: fertilizar o solo com seus excrementos e se tornar uma fonte de vitamina. Outra função é gerir a população de plantas, pois comem todo excesso de ervas daninhas que podem perturbar o equilíbrio de um ecossistema de folhagem. São mais de 8 mil espécies de gafanhotos!

E você sabia que as aranhas domésticas contribuem para reduzir significativamente a densidade populacional dos insetos na sua casa? Além de trabalhar para manter o equilíbrio ecológico, o bicho ataca insetos pequenos, incluindo outras aranhas, que podem representar perigo para os seres humanos.

CAMPANHA

Os insetos do cerrado são motivo de ilustração no calendário e no material de trabalho da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Distrito Federal – COOSERVCREC. A iniciativa faz parte da prática de ações do planejamento estratégico da cooperativa referente ao respeito e compromisso com o meio ambiente.

Em anos anteriores, o material da COOSERVCREC já foi ilustrado com flores, frutos, árvores, pássaros, mamíferos e borboletas. Tudo do cerrado. Esse compromisso com o cerrado é fruto da política de responsabilidade socioambiental da cooperativa.

Os insetos são tão importantes para o ecossistema que foram tema de campanha da COOSERVCREC em 2019. Com belas imagens e pequenas biografias de cada inseto, os bichos estampam um kit que contém bloquinho, calendário, mousepad e muito mais.



A criação e arte das peças foram produzidas pela designer Janaína Ferreira, a partir de observações

Tenho uma obra de arte e quero vendê-la. E agora?



Você gasta tempo, criatividade e esforço para transformar habilidades e técnicas em belas obras de arte. E aí, o que fazer depois? Como comercializar suas peças, garantindo, assim, uma fonte de renda e uma vitrine para os seus produtos? Ainda, como colocar a obra em uma exposição?

Artesãos, artistas plásticos, escultores, entre outros artistas de obras de arte, são algumas das profissões que compõem a cadeia de fornecedores dos materiais a serem vendidos em lojas do segmento. E as exposições se tornam verdadeiras vitrines dos produtos criados pelos artistas.

Antes de mais nada, é importante frisar que o mercado de artes é complexo e pouco convencional, uma vez que a precificação é

bem mais dotada de subjetividade do que no mercado financeiro. De acordo com o manual do Sebrae (<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>) intitulado “Comercialização de Obras de Arte”, não basta possuir apenas talento para obter sucesso nos negócios; é preciso um plano de investimento para conseguir boa administração, canais de distribuição e venda das peças produzidas.

A entrada no mercado da comercialização requer algumas práticas, como estudo, contatos com especialistas do ramo e assessoria jurídica. Afinal, é importante entender juridicamente as questões legais que envolvem uma venda desse porte.

Ainda segundo as dicas do Manual do Sebrae, deve-se ressaltar a “contratação constante ou eventual de empresas prestadoras de serviços especializados, como limpeza, contabilidade, informática e segurança, além de empresas ligadas à divulgação do negócio, como agências de comunicação, agências de publicidade e propaganda, empresas de design, e gráficas, para impressão de cartazes e outros materiais de divulgação”.

Em eventos e exposições para vendas de obra, segurança é outro fator primordial. Por isso, deve-se atentar para a contratação desse serviço, bem como para a presença obrigatória de brigadistas. Serviços de alimentação, limpeza e registro de vídeo e foto também podem ser contratados.

direitos AUTORAIS

Quem desenvolve a atividade de comercialização de obras de arte deve ficar atento para a Lei de Direitos Autorais, nº 9.610/98. Considera-se para os efeitos desta Lei:

Publicação – consentimento do autor para tornar pública a obra literária, artística ou científica ;

Transmissão ou emissão – a difusão de sons ou de sons e imagens, por meio de ondas radioelétricas; sinais de satélite; fio, cabo ou outro condutor; meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético;

Retransmissão – a emissão simultânea da transmissão de uma empresa por outra;

Distribuição – levar ao público original ou cópia de obras literárias, artísticas ou científicas, interpretações ou execuções fixadas e fonogramas, mediante a venda, locação ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse;

Comunicação ao público – ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares;

Reprodução – a cópia de exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma,

Contrafação - a reprodução da obra protegida sem autorização do autor;

A obra - atender o direito autoral.

Fonte: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-servico-de-comercializacao-de-obras-de-arte,ee897a51b-9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>

Eustáquio Santos
Presidente da Cooperativa
ECOSOL Base Brasília

COOPERATIVAS & PRINCÍPIOS

Desde a criação da cooperativa de consumo dos operários de Rochdale, em 1844, as cooperativas adotam os princípios que alicerçaram: adesão voluntária, gestão democrática, onde todos são donos, autonomia e independência, educação e formação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Adesão voluntária, ou livre, quer dizer que todos aqueles imbuídos dos mesmos propósitos, que não venham a con-

tercorres com a cooperativa podem a ela se associar. A cada associado um voto, todos são iguais nas decisões assembleares. A cooperativa responde apenas a seu quadro social, respeitada a legislação pertinente.

A formação profissional dos associados impulsiona seu crescimento. Os laços de apoio mútuo entre os cooperados e as coirmãs as fortalecem. Finalmente, o interesse pelos anseios da comunidade traduz sua relevância e compromisso social.

“É fundamental uma legislação que proteja o nosso mercado de uma exploração predatória da indústria estrangeira”

“Ao contrário do que muitos imaginam, o financiamento estatal para o segmento do audiovisual não é uma exclusividade do Brasil”. Esta é a observação do diretor de cinema, brasileiro, Iberê Carvalho. Ele alega que todos os países que possuem uma cinematografia forte, inclusive os Estados Unidos, que detém uma indústria cinematográfica consagrada, contam com investimento do estado. Iberê comenta que o recurso utilizado no Brasil para fomentar o setor vem do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Esse fundo é proveniente da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE), um tributo pago pela cadeia do audiovisual,

que fomenta o segmento. Portanto, “negligenciar esse setor, além de causar um prejuízo econômico e social extremamente grave, coloca o Brasil numa condição de mero consumidor da cultura estrangeira”, afirma. Com a massificação de filmes internacionais, principalmente Norte Americanos, o povo brasileiro passa a se referenciar nos valores e costumes de uma cultura alheia.

Na entrevista a seguir, Iberê Carvalho comenta sobre o mercado do cinema nacional no âmbito da economia criativa e ainda discorre sobre o seu próximo filme, “O Homem Cordial”.

O produtor que se aventura para viver de cinema, seja na criação, produção ou distribuição, deve estar preparado para quais desafios?

O segmento da Economia Criativa é um dos que mais cresce no Brasil, mesmo em momentos de crise. E o audiovisual é o carro-chefe dessa economia. Porém, como sua existência ainda é muito dependente do financiamento Estatal, o profissional de audiovisual está sempre sujeito a interrupções de políticas de fomento que podem, num curto espaço de tempo, interromper um ciclo virtuoso por questões de ordem política. Ao longo da história do cinema brasileiro é possível observar essa dinâmica. Uma pena, pois sempre que alcançamos uma continuidade por alguns anos consecutivos de políticas públicas voltadas para o setor, os resultados foram incontestáveis.

O que é necessário para potencializar o mercado do cinema nacional?

A continuação das políticas de fomento que vêm sendo desenvolvidas com ótimos resultados pela Ancine

(Agência Nacional de Cinema) e pelo (extinto) Ministério da Cultura, além de uma maior regulação tanto do mercado de salas de cinema como das novas janelas de exibição via *streaming*. É fundamental uma legislação que proteja o nosso mercado de uma exploração predatória da indústria estrangeira. Nenhum segmento, seja têxtil, automotivo ou de alimentos permite que 90% do mercado esteja ocupado por um único produto estrangeiro. Mas no Cinema isso ainda acontece no Brasil.

Levando em conta que a cadeia produtiva do segmento do audiovisual e do cinema composta por produtores, designers, técnicos de áudio, luz, operadores de câmera, editores de vídeo, atores, figurinistas, cenógrafos, engenheiros, fotógrafos, roteiristas, advogados, contadores e outros profissionais, implica na gerando de renda, que reflete na participação da economia nacional (cerca de 2% do PIB), qual o prejuízo caso o cinema nacional seja negligenciado pelo Estado?

Ao contrário do que muitos imaginam, o financiamento Estatal para o segmento do audiovisual não é uma exclusividade do Brasil. Todos os países que possuem uma cinematografia forte, contam com investimento estatal. Mesmo os Estados Unidos, que possuem uma indústria com um alcance global, investem dinheiro público em sua produção. Isso porque o cinema é uma incomparável ferramenta de difusão dos valores e produtos culturais de um país. Se nesse momento o leitor desta entrevista estiver usando uma calça jeans, por exemplo, é devido a influência da cultura estadunidense no nosso modo de vida, que se deu, majoritariamente, pelo cinema.

No caso do Brasil, o recurso utilizado para fomentar o setor vem do Fundo Setorial do Audiovisual. Esse fundo é abastecido pela CONDECINE (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional). Um imposto que incide sobre a veiculação, a produção, o licenciamento e a distribuição de obras cinematográficas e videofonográficas

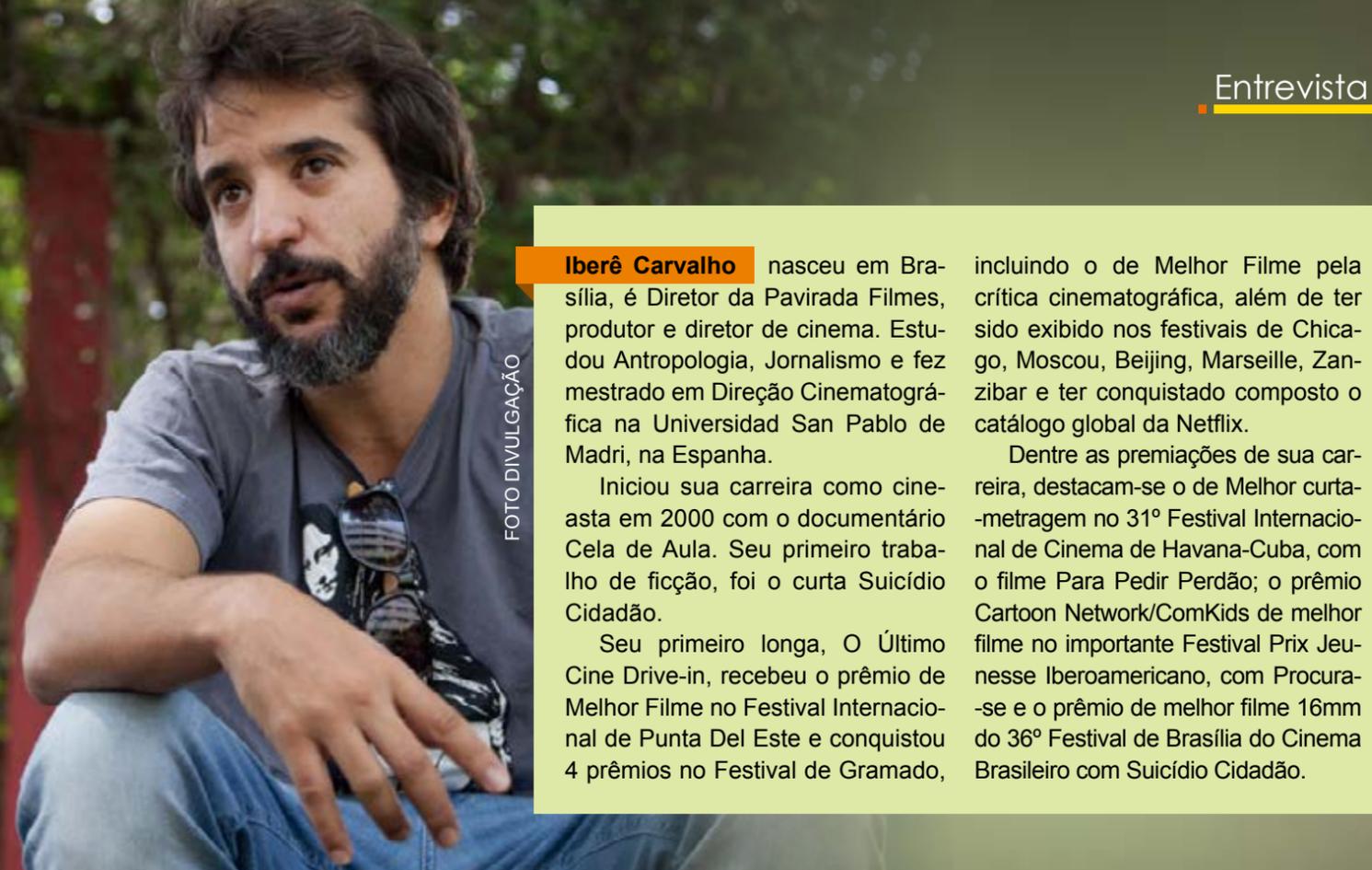


FOTO DIVULGAÇÃO

Iberê Carvalho nasceu em Brasília, é Diretor da Pavirada Filmes, produtor e diretor de cinema. Estudou Antropologia, Jornalismo e fez mestrado em Direção Cinematográfica na Universidad San Pablo de Madri, na Espanha.

Iniciou sua carreira como cineasta em 2000 com o documentário Cela de Aula. Seu primeiro trabalho de ficção, foi o curta Suicídio Cidadão.

Seu primeiro longa, O Último Cine Drive-in, recebeu o prêmio de Melhor Filme no Festival Internacional de Punta Del Este e conquistou 4 prêmios no Festival de Gramado,

incluindo o de Melhor Filme pela crítica cinematográfica, além de ter sido exibido nos festivais de Chicago, Moscou, Beijing, Marseille, Zanzibar e ter conquistado composto o catálogo global da Netflix.

Dentre as premiações de sua carreira, destacam-se o de Melhor curta-metragem no 31º Festival Internacional de Cinema de Havana-Cuba, com o filme Para Pedir Perdão; o prêmio Cartoon Network/ComKids de melhor filme no importante Festival Prix Jeunesse Iberoamericano, com Procura-se e o prêmio de melhor filme 16mm do 36º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro com Suicídio Cidadão.

com fins comerciais. Ou seja, um imposto pago pela cadeia do audiovisual e que fomenta o próprio segmento. Recentemente um estudo revelou que para cada 1 real investido no cinema, retornam 34 reais para o PIB (Produto Interno Bruto) do país. Estamos falando de centenas de milhares de empregos diretos e indiretos criados pelo segmento audiovisual. Então, respondendo à pergunta, negligenciar esse setor além de causar um prejuízo econômico e social extremamente grave, coloca o Brasil numa condição de mero consumidor da cultura estrangeira, ignorando a diversidade, a beleza e o inestimável valor de nossa produção cultural (única coisa que apenas nós, em todo planeta, somos capazes de produzir).

Existe alguma relação entre o roteiro do próximo longa-metragem, intitulado “O Homem Cordial” e o livro Raízes do Brasil publicado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda (1.936)?

O título “O Homem Cordial” faz uma referência ao conceito que Sérgio Bu-

arque desenvolve em Raízes do Brasil. Mas o filme não é uma tentativa de traduzi-lo para o cinema. O espectador que conhece o conceito conseguirá fazer uma leitura crítica dessa referência. Mas o filme não depende dessa associação.

Como o filme “O Homem Cordial” trata a relação de cordialidade na sociedade atual?

O roteiro de “O Homem Cordial” possui uma narrativa que pode ser lida como uma crônica do perigoso momento atual em que vive o Brasil. Na trama, desenvolvida em tom de um *thriller* moderno, como no filme francês “La Heine” (O ódio), de Mathieu Kassovitz, acompanhamos uma noite na vida de Aurélio, 60 anos, vocalista de um grupo de punk rock que fez muito sucesso até o final dos anos 90 e que quer voltar aos palcos. Acontece que um vídeo viraliza rapidamente nas redes sociais o envolvendo em um incidente que culmina na morte de um policial militar. Sem saber como lidar com a questão, Aurélio acaba enveredando por uma jornada pela

noite da maior cidade da América do Sul: São Paulo. Ao longo dessa noite irá presenciar indícios do surgimento de uma onda de ódio e intolerância capaz de levar cidadãos comuns a atitudes de extrema violência e terror. Ao mesmo tempo se envolverá com dois jovens militantes de um grupo de mídia independente, Elena e Rudah, que o fará refletir sobre suas escolhas e posicionamentos políticos.

Quem compõe o elenco do filme “O Homem Cordial” e qual a previsão de estreia?

O filme é protagonizado pelo ator e cantor Paulo Miklos (ex-Titãs) e conta com um elenco de grandes atores como Dandara de Moraes (Ventos de Agosto), Fernanda Rocha (premiada em meu primeiro filme “O Último Cine Drive-in”), Theo Werneck, o rapper Thaíde, Bruno Torres, André Deca, Thalles Cabral, Bidô Galvão, Murillo Grossi, Tamirys O’Hanna e mais um monte de atrizes e atores talentosos. O filme ainda não tem uma data de estreia definida.



CEA

ações para o desenvolvimento sustentável

Reduzir a pobreza urbana e rural é urgente e necessário para que as sociedades atinjam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo como foco a interligação aos desafios globais – desde os efeitos da mudança do clima até o fornecimento global de alimentos e a equidade de gênero. Dentro desse contexto, o Centro de Estudos e Assessoria (CEA) atua na interlocução, buscando a articulação de projetos e de organizações.

A principal estratégia adotada pelo Centro de Estudos se baseia em encontros periódicos para dialogar sobre ações de projetos e de políticas públicas que favoreçam a transformação da cidade num lugar de prática da democracia, de inclusão social e da sustentabilidade. “É um trabalho lento, feito em equipe que persegue organização e estratégia, comprometimento coletivo e abrangência de atuação”, afirma o diretor-presidente do CEA, Haroldo Mendonça.

Segundo ele, além do projeto CASA, há outros programas que estimulam ações de grupos locais, trabalho em rede e a troca de experiências de boas iniciativas e, com isso, contribui para a autonomia dos grupos de base e para a construção de cidades melhores, seja na área urbana ou rural. A criação do programa Centro-Oeste Solidário, por exemplo, reforça a participação das pessoas pobres principalmente de áreas rurais para a promoção do próprio desenvolvimento.

O eixo central da atividade é o fomento às redes locais e territoriais na Região, envolvendo produtores e consumidores nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, por meio de Bases de Serviço de Apoio à Economia Solidária (BS-Ecosol), facilitando a assessoria aos seus Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) estimulando assim o desenvolvimento territorial sustentável como estratégia de superação da pobreza extrema.

Centro de Estudos e Assessoria atua na articulação de ações que permitam inclusão social na perspectiva de promover os objetivos do desenvolvimento sustentável.

O objetivo é a promoção e o fortalecimento da comercialização solidária e o consumo responsável por meio do apoio aos arranjos econômicos territoriais, além da articulação da Rede Centro-Oeste Solidário. Nessa região existem menos de 2 mil empreendimentos de economia solidária. E, mesmo assim, a razão de empreendimentos de economia solidária de produção e comercialização em relação aos de consumo é de 5 para 1, ou seja, é necessário criar um mercado alternativo e desta forma trabalhar o consumo integrado com os processos de produção e comercialização de produtos e serviços sustentáveis.

Criado em 1997, o Centro de Estudos e Assessoria já deixou sua marca na organização do movimento da Economia Solidária no Brasil e no Distrito Federal. Os diretores do CEA participam de fóruns de discussão, direcionando as ações para aumentar a articulação dos movimentos populares, o fomento e a organização das iniciativas de economia solidária e da segurança alimentar.

Contato: 61 98296-2963
www.centrodeestudoeassessoria.org.br

Tá a fim de vender?

Dica!

O empreendimento não paga para ter seus produtos na loja!

O que vender?

Tudo que se encaixar no negócio solidário.

Como participar?

Faça sua inscrição e exponha seu produto ou serviço.

A loja virtual Toque Solidário é uma proposta da Ecosol Base Brasília para promover atividades de geração de renda, fortalecendo as práticas e os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária, além de ampliar acesso ao mercado. Participe!

www.ecosolbasebrasil.com.br



www.toquesolidario.com.br

Encontro EcoSol 2019

O Encontro EcoSol 2019, promovido pelo Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE), pela Incubadora de Cooperativas Populares da UnB Planaltina (Itesol) e pelo Centro de Estudos e Assessoria (CEA), foi realizado no dia 27 de abril no espaço do Centro Público de Economia Solidária do DF.

A pauta do Encontro foi a emergência de uma ação fortalecida pela sociedade civil e pela iniciativa priva-

da, com a compreensão que a política pública precisa ser revista.

No centro do debate sobre a comercialização solidária e o consumo responsável estão as pessoas que optam por produtos e serviços considerando a sustentabilidade e a ética. Na contramão disso permanecem aqueles e aquelas que colocam o lucro privado de poucos e a exploração de recursos de muitos em primeiro plano.

Cinco pontos que compõem os eixos prioritários para a Economia Solidária em 2019 listados a seguir

GARANTIAS E DIREITOS	Sustentar a política pública conquistada e o direito ao trabalho associado com o debate da legislação; dos espaços de participação e do controle social e dos planos de Economia Solidária.
BOAS PRÁTICAS	Identificar e multiplicar as boas práticas em atividade no DF e no Entorno, como referência de trabalho e campo para a experimentação de outra economia.
TECNOLOGIAS SOCIAIS	Consolidar as Tecnologias Sociais adequadas à Economia Solidária e promover a inovação para enfrentar o empobrecimento das comunidades locais.
PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO	Aprofundar e garantir a assessoria técnica adequada à produção, à comercialização e ao consumo, etapas integradas do desenvolvimento sustentável local.
ECONOMIAS TRANSFORMADORAS	Dialogar com todas as outras economias que hoje propõem a transformação social (a feminista, a agroecológica, as comunitárias e a social e solidária).

Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária do Distrito Federal (CDEPS)

Entre os grandes desafios da efetivação da política pública no DF e Entorno está a efetivação do

Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária do Distrito Federal (CDEPS), regulamentado pelo DE-

Redes de Cooperação

A articulação de três projetos sociais de fortalecimento de Redes de Cooperação, em execução no DF e Entorno, está reforçando uma proposta de integração de conhecimentos e competências em torno de uma Base de Serviço de Apoio à Economia Solidária (BASES DF).

O Centro Público é hoje o local de referência de assessorias técnicas disponíveis e novas ofertas de serviços estão sendo articuladas com parcerias públicas e privadas.

Em debate promovido durante a 2ª Reunião Territorial de Empreendimentos, ação realizada no mês de abril pelo CEA, os segmentos da agricultura familiar e do artesanato demandaram assessoria especializada, entre elas, para qualificação da produção de orgânicos e para design de coleções artesanais exclusivas.

Novos encontros das Redes de Cooperação estão sendo programados ainda para o primeiro semestre de 2019.

CRETO nº 38.462, de 31 de agosto de 2017. Conquista da sociedade desde 2014, o Conselho permanece sendo protelado como espaço de importância menor: o Decreto foi assinado há quase dois anos.

Ocupação do Centro Público de Economia Solidária do DF

Foram três anos sem recursos para a política pública (2016-2018) da Economia Solidária e o início do mandato “É Tempo de Ação” herdou a pasta sem previsão orçamentária para o segmento. Ao invés da ampliação da EcoSol neste tempo de crise do emprego, pelo menos dois fatores apontam para o encolhimento de perspectivas:

1) Foram devolvidos R\$ 913 mil do Projeto Ações Integradas ao governo federal (em DEZ/18), por falta de execução do convênio, que ficou parado desde 2016.

2) O subsolo do Centro Público de Economia Solidária do DF foi inteiramente entregue à nova Secretaria de Atendimento à Comunidade criada pelo GDF, frustrando os planos de ocupação do espaço que vinham sendo dialogados entre a equipe da Secretaria de Trabalho do GDF e representantes do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE), especialmente nos meses de março e abril/19.



Equipe da Secretaria de Trabalho do GDF e representantes do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno (FESDFE) em reunião sobre a ocupação do Centro Público de Economia Solidária do DF.

O coordenador de estratégias para o empreendedorismo, Aureliano Reis Duarte, e a gerente de economia solidária, Lilian Moreira (foto), explicaram quais são os projetos e as metas que a Secretaria de Trabalho/GDF tem preparado:



FOTO DIVULGAÇÃO

SETRAB pretende contribuir para redução das desigualdades sociais.

PING-PONG

Como fica a estrutura organizacional da Secretaria de Trabalho do GDF, levando em conta que na gestão do governo passado ela fazia parte da SEDESTMIDH?

A Secretaria de Estado do Trabalho mantém sua estrutura criada anteriormente pelo Decreto nº 36.832/2015. É importante destacar que esse desmembramento traz autonomia nas decisões da SETRAB, contudo estamos vinculados ainda a setores da SEDESTMIDH, nas áreas de pessoal, patrimônio, contratos e convênios, de orçamento e assessorias jurídicas. Há previsão, no exercício de 2019, de reorganizar as referidas estruturas para melhor funcionamento da SETRAB.

Quais as principais metas para geração de trabalho e renda a serem desenvolvidas pela SETRAB/GDF nesta gestão?

A SETRAB tem como meta, nessa nova gestão, promover políticas públicas assertivas, voltadas para a geração de trabalho, emprego e renda no Distrito Federal e ainda contribuir para a redução das desigualdades econômicas e sociais no Distrito Federal.

Quanto está previsto de recurso no orçamento de 2019 para o desenvolvimento do cooperativismo, da economia solidária e do empreendedorismo no Distrito Federal?

Para o exercício de 2019, o orçamento é reduzido e está vinculado à realização de pesquisas para identificar e mapear os empreendimentos e empreendedores do DF. O PPA 2020/2023 - Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal - está em construção, de forma que não há como mensurar ainda o valor de recurso orçamentário a ser disponibilizado para as ações da SETRAB.

Quais ações estão previstas para promover a economia solidária e o Centro Público de Economia Solidária do DF?

Destacamos as seguintes ações previstas para o exercício de 2019: realização de encontros, rodas de conversa, feiras, workshops e fóruns, a fim de fortalecer a economia solidária; criação de novos espaços para comercialização de produtos; organização de redes de mulheres empreendedoras no DF e entorno para troca de experiências e avaliação da política de apoio ao empreendedorismo feminino; parceria com associações e cooperativas, objetivando fomentar as bases de serviços de apoio, formação, assessoria técnica e investimentos para desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES); mapeamento de novos empreendimentos de economia solidária do DF; e ampliar as

ações de economia solidária no âmbito da agricultura familiar e do artesanato.

Qual principal ação à frente da pasta da Secretaria do Trabalho voltada ao empreendedorismo e à economia solidária?

A SETRAB vem trabalhando em um planejamento estratégico para alavancar novas frentes de trabalho na área do empreendedorismo, bem como para o fortalecimento da economia solidária, especialmente no âmbito do artesanato e da agricultura familiar. Vem ainda se empenhando para a reativação do CRATS - Centro de Referência em Agroecologia e Tecnologias Sociais e busca de novos espaços para escoar os produtos de economia solidária.

Que providências estão sendo tomadas para a implantação do Conselho Distrital de Economia Solidária em 2019?

A SETRAB, bem como a Subsecretaria de Microcrédito, vem se ocupando com a questão da normativa que cria o Conselho Distrital de Economia Solidária, com intuito de fazer valer o que dispõe o Decreto 3.561/2014, alterado pelo Decreto 38.462/2017.

Em Brasília,
desde 2014,
pautada pelos
valores da
solidariedade
e da liberdade,
dá asas
à cultura
cooperativista.

Revista **Toque Solidário**

RevistaToqueSolidario

E-mail: revistatoquesolidario@gmail.com

Telefone: 61 3202-7550 / 99618-7639



SIG Q. 8 - lote 2265
Parte D - Térreo
Brasília / DF | CEP.: 70610-480

FONE/FAX: (61) 3344.9978
E-MAIL: hsolucoesbsb@gmail.com